



“O Parlamento é uma grande escola”

A primeira vereadora negra do Município conta suas lutas, vitórias e frustrações

RODRIGO GARCIA

Theodosina discursa em cerimônia de hasteamento na CMSP em 2011

Com um nome raro (“Era pra eu me chamar Teodora, mas papai achou muito pesado para uma criança e escolheu este”), Theodosina Rosário Ribeiro nasceu quando as mulheres ainda não tinham conquistado todos os seus direitos. E, em suas várias décadas de vida (ela pediu que sua idade não fosse revelada), foi professora, diretora de escola, advogada, a primeira mulher negra a ser eleita vereadora na cidade de São Paulo e também deputada estadual, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Hoje, Theodosina não exerce mais cargo público, mas continua atuando politicamente, principalmente dando palestras sobre a importância da atividade política. Ela também é membro da Comissão da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo.

“Ser professora tinha status, era considerada uma autoridade”

Filha do capitão da Força Pública José Ignácio do Rosário e da dona de casa Rosa Rosário, Theodosina nasceu em Barretos, interior de São Paulo, estudou Letras na Universidade de Mogi das Cruzes e veio ser professora em São Paulo, onde também se tornou diretora de escola. Na capital, ela também se formou



em Direito. Em 1968, começou sua vida eleitoral. Foi eleita vereadora, sendo a segunda mais votada da cidade. Em 1970, elegeu-se para a Assembleia Legislativa, onde ficou até 1983.

Eleita vereadora pela CMSP em 1968

Viúva há quatro anos, com um filho e dois netos adultos (“Não vejo a hora de ser bisavó, tomara que Deus me dê esta graça”), atualmente Theodosina divide seu tempo entre os exercícios de musculação e o computador, no qual está escrevendo um livro de memórias. Ela também vai a muitos eventos da comunidade negra, que a admira e reconhece sua importância na luta política dos afrobrasileiros. Nesta entrevista que concedeu à *Revista do Parlamento Paulistano*, a ex-vereadora e ex-deputada lembrou várias fases de sua vida.



“Negro precisa se preparar para vencer na vida”

E fez um apelo aos colegas: “Seria bom se mais professores seguissem a carreira política, já que eles têm uma boa noção da realidade do País”.

Qual a importância de sua família em sua luta política?

Theodosina Rosário Ribeiro: Na minha família eu sempre tive exemplos de esforço e de política. Meu pai, sendo militar, era muito politizado, apesar de nunca ter exercido cargo públi-

Arquivo CMS



Como vereadora: “Fui parlamentar em tempos arbitrários”

co. Ele era getulista e ademarista [apoiador de Getúlio Vargas (1882-1954) e do ex-governador de São Paulo Ademar de Barros (1901-1969)]. Ele também nos passou um amor ao esforço e à educação, dedicação. Tanto que minha irmã, Maria de Lourdes do Rosário, foi a primeira professora negra da cidade de Pirassununga. Meu marido também me deu muito apoio quando eu resolvi ser candidata em 1968. E nas outras eleições também.

Como foi a experiência da senhora como educadora?

Theodosina: Foi excelente. Eu ensinava todas as matérias no primário e depois passei a ensinar história no ensino médio. Fiz concurso e me tornei diretora, que considero um cargo político, já que as diretoras fazem muita política, no bom sentido da palavra “política”. Na minha época, os diretores de escola lutavam muito para que o professorado tivesse melhores condições de trabalho. Ser professora tinha status, era considerada uma autoridade. Ganhávamos bem e nos esforçávamos. Havia até a figura do “marido da professora” que era aquele homem que vivia à custa do trabalho da mulher.

Como foi sua atuação na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa?

Theodosina: Fui parlamentar em tempos arbitrários, nos quais os vereadores e deputados pouco podiam fazer. Mesmo assim,



No plenário da CMSP, neste ano: “Não abandonei vida pública”

participei de muitas comissões, sempre preocupada com as questões sociais, como a situação das mulheres e dos negros. Principalmente da mulher negra, já que ela sofre preconceito por ser mulher e por ser negra. E ganha menos do que os homens e menos do que as mulheres brancas.

“O racismo no Brasil é muito maior do que nos Estados Unidos”

A senhora já sofreu preconceito?

Theodosina: Explícito, não. O racismo no Brasil é velado, mas é muito maior do que nos Estados Unidos, que já elegeram um presidente negro, Barack Obama.

O que a senhora acha das cotas para negros entrarem nas universidades?

Theodosina: Sou totalmente a favor. O País tem uma dívida histórica enorme com os negros, que após a “abolição” – essa abolição deve vir entre aspas – da escravatura foram abandonados. E a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde os alunos cotistas estão indo muito bem, prova que essa é uma iniciativa que dá certo. O negro precisa se preparar para vencer na vida.

Atualmente, qual é a sua atividade política?

Theodosina: Minha fase de cargos eletivos passou, então eu dou palestras para jovens, principalmente para mulheres negras, sobre a importância da mobilização política e social. A mulher

“A palavra ‘abolição’ deve vir entre aspas”

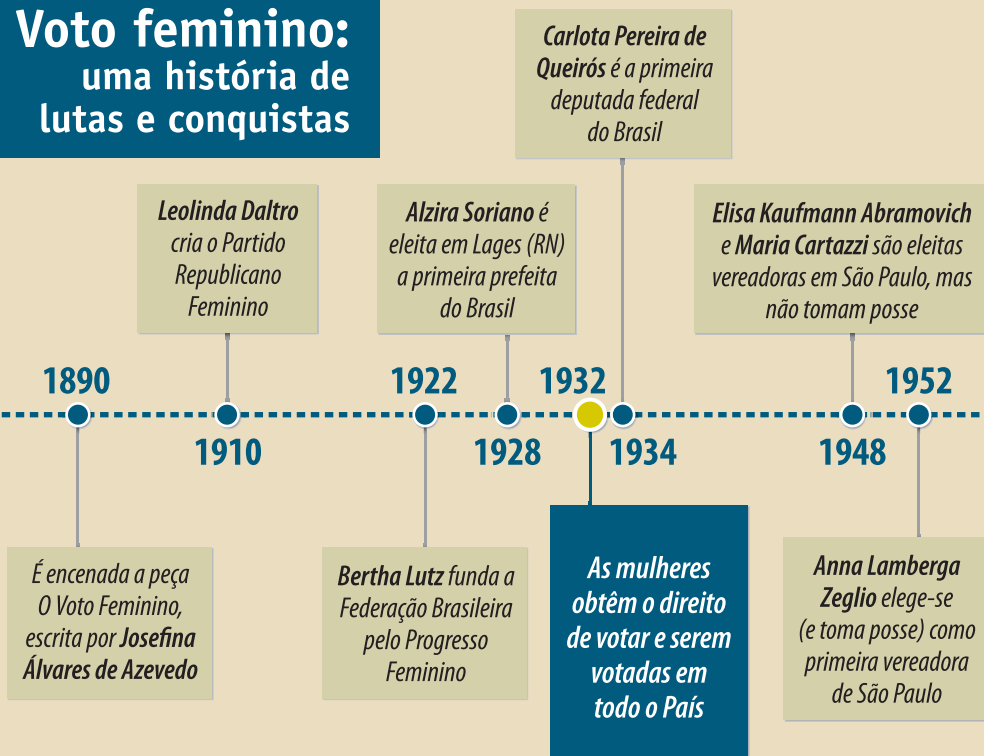
tem mais sensibilidade do que o homem; ela deveria participar mais da política. Os negros precisam mostrar que não estão presentes apenas nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos quais somos 53% da população brasileira. Os negros, e as mulheres negras em especial, têm de ocupar todos os espaços na sociedade. As coisas

estão melhorando. Já vemos engenheiras negras, médicas negras, advogadas negras.

Como a senhora se posiciona ideologicamente?

Theodosina: A divisão entre esquerda e direita mudou muito com a queda do Muro de Berlim e do comunismo soviético. Prefiro dizer que sou uma democrata, contra o populismo barato e contra o radicalismo. Acredito numa democracia plena, respeitando os valores sociais, principalmente os inseridos na Constituição; que todos os homens são iguais perante a lei.

Voto feminino: uma história de lutas e conquistas



Qual político a senhora mais admira?

Theodosina: Não posso deixar de enaltecer a presidenta Dilma Rousseff, que tem se destacado pelas arrojadas decisões que está tomando. Uma das mais importantes foi a inclusão de nove mulheres nos Ministérios, uma delas negra, contribuindo cada vez mais com o empoderamento da mulher brasileira.

A senhora foi eleita vereadora em 1968 e deputada estadual em 1970, 1974 e 1978. Em 1982, não conseguiu se reeleger.

Qual o sentimento ao saber que tinha perdido a eleição?

Theodosina (após um longo silêncio): É uma pergunta bem difícil essa. Foi um choque muito grande. Fiquei triste e frustrada, frustrada por não poder continuar com meus projetos. Mas não abandonei a vida pública. ■

SAIBA MAIS

Livros

Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Branca Moreira da Silva. Editora Vozes. 1980.

A primeira suplente **Eunice Michilles (AM)** torna-se a primeira senadora do País com a morte do titular do cargo

Theodosina Ribeiro é eleita a primeira vereadora negra de São Paulo

1971

1968

Theodosina Ribeiro toma posse como a primeira deputada estadual negra de São Paulo

Maria Esther Figueiredo Ferraz é a primeira mulher a chefiar um Ministério (Educação)

Luíza Erundina é a primeira mulher a chegar ao cargo de prefeita de São Paulo

1982

1979

Júnia Marise (MG) e **Marluce Pinto (RR)** são as primeiras mulheres eleitas senadoras

1990

1994

Roseana Sarney (MA) é eleita a primeira governadora do País

2000

Ellen Gracie Northfleet torna-se a primeira ministra do Supremo Tribunal Federal

Dilma Rousseff elege-se presidenta do Brasil

2010

Voto feminino faz 80 anos

Faz séculos que as mulheres participam da vida política do País. Para citar uns poucos exemplos: no século 16, Brites de Albuquerque, esposa do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, assumiu o poder local quando o marido viajou para Lisboa e depois de sua morte; a imperatriz Leopoldina e a marquesa de Santos, a primeira-amante, disputavam para ver quem tinha mais influência, sob a gestão de d. Pedro I. Uma das leis mais importantes do País, a Áurea, foi sancionada pela princesa Isabel, que comandava o Império na ausência do pai, d. Pedro II. Mas, apesar de exercerem o poder de fato, as mulheres não podiam votar nem ser votadas. Só em 1932 elas conquistaram o poder do voto.

A luta não foi fácil nem rápida e ainda hoje é pouco conhecida. “A historiografia brasileira, se e quando se refere ao decreto de 1932 ou à Constituição de 1934 concedendo o sufrágio feminino, geralmente silencia sobre o movimento sufragista, deixando crer que as mulheres se tornaram eleitoras por uma dádiva generosa e espontânea, sem que tivessem lutado ou demonstrado qualquer interesse por este direito”, afirma a historiadora Branca Moreira Alves no livro *Ideologia e Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil*.

No século 19, já se debatia no Brasil o direito de voto para

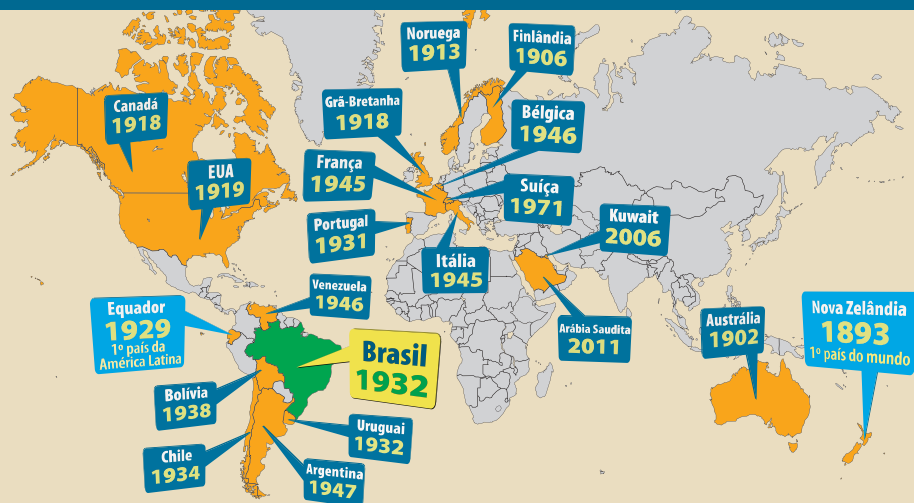
as mulheres. Foram fundados jornais e revistas feministas redigidos só por mulheres, como o *Jornal de Senhoras*, o *Sexo Feminino* e *A Família*. Em 1891, durante os debates sobre a primeira Constituição republicana, Josefina Álvares de Azevedo, autora da peça de teatro *O Voto Feminino*, conclamou: “Queremos o direito de intervir nas eleições, de eleger e ser eleitas como os homens, em igualdades de condições”.

Nas primeiras décadas do século 20, o movimento sufragista nacional se intensificou, liderado principalmente pela bióloga Bertha Lutz, que em 1922 fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Nessa época, deputados e senadores apresentaram projetos ampliando para as mulheres o direito de voto, mas nenhum foi aprovado.

Em alguns Estados, contudo, as mulheres já conseguiram votar e ser votadas. O primeiro deles foi o Rio Grande do Norte que, em 1927, permitiu esse direito. No ano seguinte, em Lajes, município potiguar, foi eleita a primeira prefeita do Brasil e da América Latina: Alzira Soriano. “A mulher pode ser mãe e esposa amantíssima e oferecer ao mesmo tempo à pátria uma boa parcela das suas energias cívicas e morais”, falou à imprensa a prefeita recém-eleita.

No âmbito federal, a situação do voto feminino só mudou em 24 de fevereiro de

ANO EM QUE AS MULHERES CONQUISTARAM O DIREITO AO VOTO



1932, quando o Código Eleitoral Provisório concedeu o direito de voto para as mulheres, mas só às casadas (com autorização do marido), às viúvas e às solteiras com renda própria.

Essas restrições desapareceram no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório o voto feminino. Apenas o masculino. O voto das mulheres só passou a ser obrigatório em 1946. Nas eleições de 1934, foi eleita a primeira deputada federal do País, a médica e pedagoga paulista Carlota Pereira de Queirós.

Para a Câmara Municipal de São Paulo, as duas primeiras mulheres eleitas foram a pedagoga Elisa Kaufmann Abramovich e Maria Cartazzi, em 1948. Mas não se tornaram vereadoras, pois antes de assumirem o Tribunal Superior Eleitoral cancelou a inscrição do partido delas, o Partido Social Trabalhista (PST), invalidando os votos de seus candidatos.

A primeira mulher a se tornar vereadora na cidade de São Paulo foi Anna Lamberg Zeglio, eleita em 1952 pelo Partido Social Progressista (PSP).

E, em 1961, Ruth Guimarães foi a primeira mulher a ocupar cargo na Mesa da Câmara, indo para a Terceira-Secretaria.

Atualmente, há cinco vereadoras no Parlamento Paulistano: Edir Sales (PSD), Juliana Cardoso (PT), Marta Costa (PSD), Noemi Nonato (PSB) e Sandra Tadeu (DEMOCRATAS). Uma delas participa da Mesa Diretora como segunda suplente: Noemi Nonato.

Desde 1997, a legislação eleitoral determina que os partidos inscrevam pelo menos 30% (e no máximo 70%) de mulheres entre os candidatos proporcionais, mas nem sempre essa exigência é cumprida. Assim, a luta por uma participação feminina mais proporcional ainda está incompleta.